

REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: DIALÓGOS SOBRE A LEI 11. 645 E O LIVRO DIDÁTICO

Autor(a): Maria Emília Andrade de Medeiros ¹

emilia.am@hotmail.com

Co-autor(a): Auricélia Lopes Pereira ²

auricelialpereira@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba-Uepb

Resumo: As concepções de História e de sujeitos históricos mudam ao longo do tempo. De acordo com Adhemar Marques e Flávio Berutti (2009, p.39), na medida em que novas maneiras de se compreender a História vão surgindo, novos sujeitos históricos também vão ganhando espaço na historiografia. No século XIX, tivemos o respaldo da História dita Positivista. Nesta linha historiográfica, são abordados temas relacionados aos os grandes nomes, aos grandes fatos e aos grandes feitos. No século XX, a partir do materialismo histórico de Marx e Engels, novos sujeitos começaram a emergir, e a luta de classes emerge nessa linha historiográfica. Com a renovação historiográfica da Escola dos Annales, a partir de 1920, novos sujeitos históricos passaram a ganhar espaço na historiografia. Partindo do pressuposto de que nos últimos tempos temos uma História norteadas não mais simplesmente por narrativas, e sim por uma história problema em que os acontecimentos do presente e do passado passaram a exigir do ofício do historiador perguntas pertinentes e críticas, o presente artigo busca analisar as representações do índio no livro didático de História, como também busca refletir sobre a importância da lei 11.645 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país. A obrigatoriedade do ensino da cultura indígena na educação básica trouxe para o cotidiano escolar discussões que versam sobre conhecimentos, saberes, e modos de vida dos povos indígenas. Para atender a tais objetivos, analisaremos o livro didático do 1º ano do Ensino Médio, intitulado História Global, do autor Gilberto Cotrim, 2017, e usaremos como suporte teórico as obras de alguns autores que discutem a temática indígena como: ALMEIDA (2015), DUARTE (1998), CORTELLA (2001) e CHARTIER (2002); este último discute o conceito de representação.

Palavras-chave: Ensino, Cultura Indígena, Livro didático.

¹ Graduanda em História, pela Universidade Estadual da Paraíba, Bolsista PIBID/CAPES

² Docente do curso de História na Universidade Estadual da Paraíba, Bolsista PIBID/CAPES

Introdução

O livro didático permanece sendo o principal recurso pedagógico para o Ensino de História do Ensino Fundamental ao Ensino Médio nas escolas do nosso país. De acordo com KARNAL (2015, p.143), “quando se trata de livros didáticos, a importância de pensar seus conteúdos, cresce vertiginosamente”. É através do livro didático de História que, geralmente, o aluno compreenderá a temática indígena, os conteúdos que versam sobre a História Geral e a História do Brasil. No entanto, o livro é uma dentre tantas ferramentas que podem ser utilizadas pelo professor. Ao dispor dessa ferramenta, o professor precisa analisá-lo, bem como também pode recorrer a outros materiais que considere pertinentes para o processo de aprendizagem.

Refletindo sobre o que ora foi exposto, esclarecemos que no presente artigo, pretendemos realizar alguns breves apontamentos sobre a importância do livro didático enquanto ferramenta a ser utilizada no ensino de história, considerando o que assegura a Lei 11.645/2008 responsável por alterar a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui no currículo oficial da rede de ensino, nos estabelecimentos públicos e privados, a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Para tanto, pautados em algumas referências bibliográficas, analisaremos o capítulo 16 intitulado Povos da América do livro didático do 1º ano do Ensino Médio, intitulado História Global, de autoria de Gilberto Cotrim (2017), adotado no ensino de história da escola utilizado na E.E.E.F.M Elpídio de Almeida (Estadual da Prata) da cidade de Campina Grande, na Paraíba

A base eurocêntrica no ensino de História ainda está muito arraigada, apesar das alterações propostas pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96). Nesse sentido, nesse ensino eurocêntrico figurava o índio estereotipado, personagem do passado, com enfoque restrito, principalmente, aos primeiros séculos da colonização. Além disso, a participação dos grupos indígenas como sujeitos ativos da História não era enfocada. Considerando tais questões, esclarecemos que não pretendemos abordar toda a trajetória dos grupos indígenas na historiografia, porém não podemos deixar de citar alguns apontamentos a partir dos conteúdos trabalhados pelo livro escolhido para análise.

Nesse sentido, com a pretensão de problematizar acerca dos conteúdos que o livro nos traz, KARNAL (2015, p.146) nos diz que “não é difícil encontrar, nos livros didáticos expressões como conquistadores e conquistados, europeus destemidos para enfrentar os mares

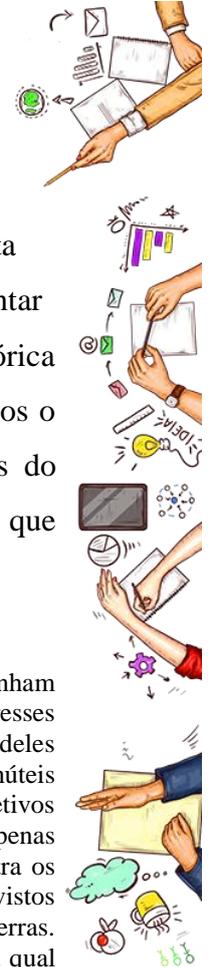
desconhecidos”. Atualmente, é possível perceber em muitos livros didáticos e não didáticos de História, o índio sendo apresentado como sujeito que teve participação essencial na nossa História. É interessante levar em conta suas inúmeras contribuições para a História do Brasil, assim como nos afirma DUARTE (1998, p.10): “Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América”.

Reconhecendo o protagonismo dos povos indígenas e o silenciamento construído historicamente, o presente artigo pretende analisar a importância da Lei 11. 645 e o papel do livro didático de História no processo de efetivação dessa lei. Como recurso metodológico, esclarecemos que nos pautaremos na análise do livro didático de História do 1º ano do Ensino médio utilizado na escola E.E.E.F.M Elpidio de Almeida (Estadual da Prata) da cidade de Campina Grande, na Paraíba, e nas referências bibliográficas que auxiliarão na construção desse estudo. Pautados em tais recursos, analisaremos como os indígenas são representados, como os conteúdos são organizados, bem como problematizaremos se essas representações contribuem ou não para permanências eurocêntricas e preconceituosas em relação à figura indígena.

A historiografia e os grupos indígenas: alguns apontamentos

Por muito tempo a historiografia não contempla a participação fundamental que os índios tiveram na História, bem como as suas contribuições e fazeres desapareceram dos primórdios da história escrita e por ela foram negligenciados. Os grupos indígenas foram considerados sem história como nos afirma ALMEIDA (2015, p 15) “[...] Os chamados povos primitivos eram considerados isolados e sem história”. Devido a essa compreensão, acreditava-se que não demorariam muito em desaparecer, pelo menos era o que supunham diversas teorias dos séculos XIX e XX que apontavam para a extinção desses nativos. Essa concepção também é confirmada pela abordagem de SCHWARCZ (1998, p. 177), segundo a qual a questão racial no Brasil, na visão de diversos estudiosos, como cientistas e antropólogos, caminhava no sentido de construção de uma sociedade brasileira futura sem nenhum índio.

Com a criação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), deu-se início a escrita oficial da história do Brasil, agora teríamos uma história não mais ditada pela Metrópole e sim escrita pelo naturalista alemão chamado Carl von Martius, vencedor do



concurso “Como escrever a história do Brasil”. Coube a ele a tarefa de elaborar essa escrita oficial. Coube também a ele eleger os bons nativos como símbolos nacionais para representar a total ‘harmonia’ em que vivia a nação e ressaltar o heroísmo como memória histórica comum do indígena no passado. Essa percepção fica ainda mais clara quando percebemos o silenciamento produzido pela história oficial que não hesitou em considerá-los povos do passado, não incluídos nas narrativas oficiais do século XIX. Sobre o papel secundário que lhe reservava a História até meados do século XX, Almeida (2015) ressalta:

Até um momento bem avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores. Além disso, em geral, apareciam na história como índios apenas no momento do confronto, isto é, quando pegavam em armas e lutavam contra os inimigos. Assim os Tamoios, os Aimóres, os Goitacazes e tantos outros eram vistos como índios guerreiros, que resistiram bravamente à conquista de suas terras. Foram, no entanto, derrotados e passaram a fazer parte da ordem colonial, na qual não havia brecha nenhuma para a ação (ALMEIDA, 2015, p 13).

Em meio a esses silenciamentos históricos, as pesquisas dos dias atuais, sejam de Historiadores ou de antropólogos, passaram a priorizar os indígenas, bem como sua participação na construção da nossa História.

A partir de novas percepções teóricas, historiadores e antropólogos tem revelado que na medida em que novas maneiras de se escrever a história foram surgindo, novos sujeitos da história vão sendo incorporados a ela. Com essa ampliação de limites da História validados a partir da década de 1920 pela *Escola dos Annales*, temas antes deixados a margem passam a ganhar espaço e visibilidade na história escrita. Nesse cenário, críticas ao livro didático também passaram a figurar. Por volta da década de 1980 algumas críticas foram feitas a respeito do livro didático de História no Brasil, como podemos perceber através da crítica feita por Romanatto (1987):

O livro didático no Brasil, com honrosas exceções, sempre foi considerado de qualidade duvidosa e não cumpridor do seu papel de apoio ao processo educacional. Muitos são autoritários e fechados, com propostas de exercícios que pedem respostas padronizadas. Apresentam conceitos como verdades indiscutíveis e não permitem a alunos e professores um debate crítico e criativo que é uma das finalidades do processo educacional. (ROMANATO, 1987, p 6).

Na concepção hoje já exaustivamente trabalhada de Romanatto, o livro didático estaria repleto de negatividades e mereceria muitas críticas. Entretanto, atualmente, percebemos que



as qualidades da historiografia presente nos livros didáticos de História têm progredido no sentido de considerar a multiplicidade de sujeitos e atribuir visibilidade a ela. Sendo assim, analisando os livros didáticos adotados pelas escolas nos dias atuais, já enxergamos a importância da participação e contribuição do índio na História do Brasil. A esse respeito afirma Karnal (2015, p.144): “a maneira de ler de uma época e os livros que são lidos pelas pessoas podem mostrar, no fundo, de que modo elas se enxergam e de que modo elas se sentem”.

Hoje em dia nos livros didáticos de História os indígenas têm ganhado espaço graças as renovações da historiografia e própria atuação política, bem como as trajetórias de lutas dos diversos grupos indígenas que, nos dias atuais, habitam o território brasileiro. Acreditamos que, gradativamente, eles vêm assumindo o papel de protagonistas da História, pois passaram a ter maior visibilidade nos conteúdos de história do Brasil. Nesse contexto, é relevante salientar a importância e contribuição da Lei 11.645 para a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena em nossas escolas. Através dessa lei foram incluídos no livro didático de história os ensinamentos sobre os índios, seus saberes, modos de vida e suas contribuições, ou seja, aspectos que antes eram deixados em segundo plano ou esquecidos passaram a ser tratados em sala de aula, ou seja, passaram a ter maior visibilidade no livro didático e no ensino de História.

Com a lei 11.645, de 10 de março de 2008, teremos, pela primeira vez na história do Brasil, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas nossas instituições de ensino. Esta lei reforça ainda que se deve ensinar a história e a cultura africana e indígena, preceitos antes estabelecidos com a lei 10.639/03 foram ampliados pela lei 11.645/08, inserindo no currículo das escolas a obrigatoriedade de contemplar os conhecimentos, saberes, modos de vida e organização social dos povos indígenas. Percebemos que a referida lei muito contribuiu para a resolução de algumas lacunas que historicamente estão presentes no ensino de História sobre os índios. Entretanto, não podemos deixar de considerar o papel desempenhado pelo livro didático no que se refere à promoção do que já assegura a referida lei.

Reflexões sobre a temática indígena e o livro didático

Nos livros didáticos, é possível percebermos que as representações construídas para

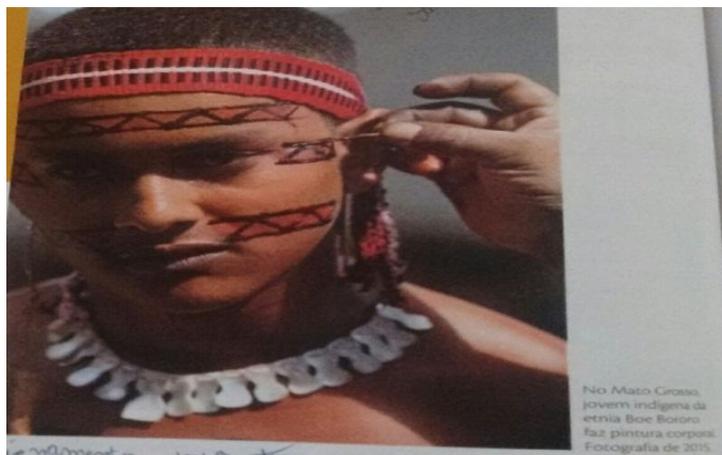
esses povos estão diretamente atreladas às discussões que, atualmente, estão sendo elaboradas nas diversas esferas do social. Sendo assim, o diálogo com a História Cultural nos ajuda a refletir sobre como em diferentes lugares e momentos as realidades sociais são construídas. Segundo Chartier (1990), a realidade social é construída, pensada, dada a ler. O diálogo como esse autor nos ajuda a analisar as representações dos grupos indígenas que figuram no livro escolhido para nossa análise.

No capítulo 16 - intitulado *Povos da América*, do 1º ano do Ensino Médio, intitulado História Global, do autor Gilberto Cotrim, editado pela Editora Saraiva e adotado pela escola E.E.E.F.M Elpídio de Almeida (Estadual da Prata) da cidade de Campina Grande, na Paraíba-enxergamos algumas questões que estão de acordo com o que a Lei 11. 645 convida o leitor a fazer. Observamos como o tema indígena é abordado no capítulo intitulado “Povos da América”. Nele são abordados os seguintes temas: *Povos indígenas: Diversidade étnica e cultural à época da conquista; Tupis – Agricultores habilidosos; Maias: Cidades templos; Astecas: Grandes conquistadores; Incas: Povo das montanhas; Oficina de História.*

A primeira referência aos índios está na página 222. Nela há um texto que ressalta a diversidade das culturas aqui existentes, sua rica produção cultural e suas belas produções artísticas. “Esses povos, também chamados de ameríndios, desenvolveram uma rica produção cultural que incluía belas expressões artísticas” (Cotrim, 2016, p.222).

Também nos é apresentada a imagem de um índio como destaque na primeira folha do capítulo, como podemos ver mais a baixo:

Figura 1



Fonte: COTRIN, 2017, p.222.

A imagem é referente a um jovem indígena da etnia Boe Bororo, localizada no estado de Minas Gerais. Fotografado no ano de 2015. Na imagem, o jovem índio é retratado com pinturas corporais que parecem terem sido feitas a partir de jenipapo e urucum, prática costumeira dos indígenas. Há ainda os enfeites como marcas registradas dessas culturas. O nome da tribo aparece abaixo da imagem, e no decorrer dessa apresentação, temos referências aos seus costumes e modo de vida. Na mesma página, o aluno é convidado através do “Treinando o olhar” a refletir sobre a imagem do jovem índio e responder questões relacionadas a suas criações artísticas.

Ainda no capítulo constam questões como: “Que criações artísticas você consegue identificar nessa fotografia?” Percebemos, então, que o livro dá relevância à pluralidade, à produção de culturas aqui existentes, conforme COTRIM (2016, p 226) “a categoria índio abrange populações muito diferentes entre si, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista dos costumes.”

A abordagem feita pelo autor enfoca os grupos indígenas como produtores de cultura, e de história, pois de acordo com Adhemar Marques e Flavio Berute em: Quem são os sujeitos da História? A historicidade é vivida por todos os homens. Confirmando com o pensamento de Adhemar Marques e Flavio Berute no tocante à questão indígena, Cortella acrescenta :

Por ser a cultura um produto derivado de uma capacidade inerente a qualquer humano e por todos nós realizada, é absurdo supor que alguém não tenha cultura; tal concepção, uma discriminação ideológica, interpreta a noção de cultura apenas no seu aspecto intelectual mais refinado e não leva em conta a multiplicidade da produção humana coletivamente elaborada (CORTELA, 2001, p.44).

No livro temos a pintura de Jean Baptiste Debret, representando alguns grupos indígenas daqui. Debret representa aspectos aborígenes nessa aquarela. Vejamos abaixo a imagem da Aquarela *Perfis Indígenas* de Jean – Baptiste Debret, produzida em cerca de 1817 – 1829.

Figura 2



Fonte: Gilberto Cotrim, 2017, p 223

Sobre a referida imagem COTRIM (2016, p. 223) diz que “Ao chegar na América, Colombo chamou incorretamente de “índios” os habitantes desse continente, porque pensava ter chegado às Índias”. A narrativa prossegue dizendo que por trás desse nome genérico, encontrava-se um grande número de sociedades com culturas ricas e variadas e que são comprovadas a partir da pintura de Debret – *Perfis Indígenas*. Na página 224, o livro traz dois mapas que destacam a densidade populacional na América dos séculos XV e XX, para que a partir desses mapas os alunos comparem onde as populações indígenas se concentravam há tempos atrás. No decorrer do conteúdo, são também abordados os Tupis. O autor dar destaque a algumas habilidades de tais nativos como a pesca e as embarcações por eles utilizadas.

Percebemos que o conteúdo abordado pelo livro mostra-nos que os índios foram participantes da História, ou seja, o índio nem sempre foi vítima do homem branco, como também nos aponta Duarte: “[...] Em outros momentos históricos, esse índio também foi muito mais que uma vítima, mais detentor de capacidades e saberes especiais, criador de uma vida que excedia o mero âmbito da resistência?” (DUARTE, 1998, p 40).

Em destaque no capítulo, Cotrim aborda um texto do antropólogo Júlio Cezar Melatti intitulado: *Diversidade entre indígenas*, que trata através de tópicos sobre a diversidade biológica, linguística e cultural do índio. Com essa discussão o autor problematiza a respeito da classificação dos povos indígenas do Brasil, para ele e outros estudiosos essa classificação ainda é um desafio em razão da diversidade de etnias aqui existentes. O restante do capítulo trata sobre os Maias, Astecas e Incas, o conteúdo estudado é finalizado com uma oficina de História onde é proposto ao aluno que pesquise em

outras fontes acerca dos termos: estereótipo e indígena.

Considerações finais

Como já dissemos, o livro didático é a ferramenta pedagógica mais utilizada na sala de aula no mundo todo, por mais precária que uma escola venha a ser, geralmente, nunca lhe faltará o livro. É através dele que adquirimos a maior parte dos conhecimentos sobre os povos indígenas, por isso e tantas outras questões nos debruçamos a analisar como esse conteúdo vem sendo abordado em sala de aula, refletindo sobre a forma como o índio vem sendo representado.

Concluimos nesta análise que o índio tem ganhado espaço na escrita oficial e não só faz mais parte de uma história vivida e sim de uma escrita. Não temos mais uma visão tão eurocêntrica como antes, até porque a simples dualidade Metrópole X Colônia vem caindo por terra há algum tempo. O tema indígena saiu do silenciamento, e os indígenas cada vez mais estão presentes como protagonistas da História e não como meros seres passivos como antes. Hoje em dia, percebemos que, nesse sentido, a qualidade dos livros didáticos de História tem melhorado bastante, e que a Lei 11.645 contribuiu para que o estudo sobre esses povos realmente se efetive.

Referências:

- ALMEIDA, MARIA Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**, FGV de Bolso, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações; tradução de Maria Manuela Galharda. 2.ed. Difel-Difusão, 2002
- CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento** - Fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, 2001.
- COTRIM, Gilberto. **História Global 1 / 3** . ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DUARTE, Regina Horta. **Histórias de uma guerra: Os índios Botocudos e a sociedade oitocentista**, FFLCH – USP, 1998.
- FREIRE, Gilberto. **A imagem do índio e o mito da escola**. In MARFAN, Marilda. A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- Formação de Professores: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002.
- KARNAL, Leandro. **História na sala de aula, conceitos práticas e propostas**. 6 edições. Contexto, São Paulo 2015.

